



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 87/XI/2ª

18.Janeiro.2011 – 16h00

Aos 18 dias do mês de Janeiro de 2011, pelas 16h00, reuniu na sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de acta

3. Comunicações do Presidente

4. Petição nº 126/XI/2ª – Luis Miguel de Sousa Santos Reis – Pretende o IVA à taxa reduzida para as modalidades desportivas juvenis

- **Apreciação da nota de admissibilidade**

5. Iniciativa Europeia COM(2010)752 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Primeira avaliação intercalar das iniciativas tecnológicas conjuntas ARTEMIS e ENIAC

- **Apresentação e votação do relatório**
- **Deputado Relator:** José Bianchi – PS

6. Projecto de Resolução nº 301/XI (PCP), que “Recomenda ao Governo a reclassificação e integração na carreira de investigador dos funcionários dos Laboratórios do Estado que possuam o grau de Doutor”.

- **Continuação da Discussão**

7. Projecto de Resolução nº 317/XI (BE), que “Recomenda ao Governo o enquadramento profissional dos Técnicos Superiores com Doutoramento que desempenham funções de I&D em Laboratórios do Estado”.

- **Continuação da Discussão**

8. Projecto de Resolução nº 318/XI (CDS/PP), que “Recomenda ao Governo a integração na carreira de investigação dos funcionários dos laboratórios do Estado que possuam o Grau de Doutor e proceda à sua reclassificação”

- **Continuação da Discussão**

9. Audiência à Plataforma de organizações representativas da comunidade educativa

Confederação Nacional das Associações de Pais/**CONFAP** - Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação/**CNIPE** - Delegação Nacional de Estudantes do Ensino Secundário e Básico/**DNAEESB** - Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública /**FENPROF** - Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública/**FNSFP** -



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino/**SIEE** – Sindicato Nacional dos Psicólogos
/**SNP** – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local - **STAL – 17h00**

10. Audiência à Associação Portuguesa de Editores e Livreiros APEL – **18h00**

11. Outros Assuntos

12. Data da próxima reunião

25 de Janeiro de 2011 – 15h00 – Audição ao SEJD no âmbito do RAR

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) solicitou o adiamento da apresentação do parecer relativo à Iniciativa Europeia COM(2010)752, prevista no ponto 5 da Ordem do Dia.

Com esta alteração, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de acta

A acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Senhor Presidente comunicou que se encontra agendada para o dia 8 de Fevereiro, às 15h00, a audição da Ministra da Educação, por requerimentos do CDS-PP e do BE, tendo sido consensualizada a respectiva grelha de tempos que, por proposta do Deputado Bravo Nico (PS), terá o mesmo tempo de intervenção nas duas rondas.

3.2. Referiu-se ainda ao relatório sobre a participação do Senhor Deputado José Ferreira Gomes, na reunião de presidentes de comissões de investigação científica e inovação, em Bruxelas, no dia 17 e 18 de Outubro de 2010, não se tendo registado intervenções sobre o mesmo.

3.3 No que se refere ao processo legislativo dos manuais escolares, o Senhor Presidente informou que, na sequência do pedido de parecer que a Comissão dirigiu ao Conselho Nacional de Educação, foi recebida a indicação de que, dada a complexidade da matéria, não foi possível alcançar os desejáveis consensos, pelo que a apreciação do projecto de parecer estará em discussão na 1ª Sessão Plenária do CNE. Neste sentido, solicitam a compreensão e pedem o adiamento do envio do parecer.

- 3.4.** O Senhor Presidente referiu-se ainda ao plano de trabalho do Relator para a Ciência e à possível integração da audição sobre os Laboratórios do Estado, proposta pelo PCP, tendo o Senhor Deputado José Ferreira Gomes (PSD) esclarecido que tenciona organizar uma iniciativa, previsivelmente durante o mês de Março, onde seriam discutidos todos os aspectos relacionados com os Laboratórios do Estado, incluindo a missão, evolução, funcionamento e perspectivas. Adiantou ainda que, no prazo de 15 dias, apresentará uma proposta concreta de trabalho sobre esta matéria.

Sobre esta questão, interveio o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP), que manifestou a sua concordância com a proposta apresentada, reafirmando a importância de uma reflexão expressamente sobre os Laboratórios do Estado, independentemente da forma que venha a ser adoptada.

- 3.5.** O Senhor Presidente chamou ainda a atenção para uma exposição enviada pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola nº 138 do Bº Madre de Deus, integrada no Agrupamento Luís António Verney, já distribuída a todos os Deputados, em que se alerta para os sucessivos atrasos nas obras de recuperação/remodelação das instalações do Agrupamento, que deveriam ter tido início há três anos e que se encontram completamente degradadas.

Referem ainda que as obras em causa estavam a cargo do Parque Expo, tal como as obras a realizar nas Escolas da Expo e de Telheiras, sabendo-se que estas foram já efectuadas.

A este respeito, interveio o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP), que felicitou o Presidente por trazer aquele assunto à reunião da Comissão, dada a relevância do problema, tendo o PCP questionado já o Ministério da Educação sobre esta questão. Considerou ainda essencial atentar nos procedimentos obscuros, no que respeita à recuperação desta escola e perceber o que aconteceu aos fundos contratualizados com a Parque Expo para a realização das obras, que não chegaram a ser iniciadas.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) considerou que ninguém fica indiferente ao estado de deterioração da escola, cujo processo de recuperação tem sido sucessivamente adiado. Anunciou ainda que o BE questionará o Ministério da Educação sobre este assunto.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) afirmou que o PS tem estado a acompanhar este problema, que vai ser resolvido através da intervenção da Parque Escolar.

O Senhor Deputado José Ferreira Gomes (PSD) referiu que o PSD também tem acompanhado esta problemática, propondo que a Comissão insista junto do Ministério da Educação, no sentido de obter esclarecimentos sobre esta questão.

O Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP) lamentou também a ausência de explicações por parte do Ministério da Educação, não só aos Deputados mas à própria escola.

O Senhor Presidente referiu que irá diligenciar junto do Ministério da Educação no sentido de obter mais informações.

- 3.6.** O Senhor Presidente comunicou ainda que baixou à Comissão o Projecto de Resolução nº 354/XI, CDS-PP - *Recomenda a alteração dos valores de financiamento aos Contratos de Associação, tendo por base os custos dos alunos nas escolas propriedade do Estado* -, tendo o Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP) solicitado a sua discussão em Plenário.
- 3.7.** Informou também que baixou à Comissão o Projecto de Resolução nº 355/XI, BE - *Recomenda ao Governo medidas urgentes no âmbito da prevenção e resposta à violência em espaço escolar* – tendo a Senhora Deputada Ana Drago (BE) solicitado a sua discussão em Plenário.
- 3.8.** Colóquio da Emancipação Jovem/Audição SEJD - Documentos distribuídos a todos os deputados.

O Senhor Presidente informou que foi já autorizada pelo PAR a *Audição sobre Políticas de Juventude*, que terá lugar em 14 de Fevereiro, estando em elaboração a imagem gráfica para a mesma, para depois se enviarem os convites para a mesma.

De seguida pôs à discussão o programa do *Colóquio da Emancipação Jovem*, a realizar em 21 de Março. Nesse âmbito a deputada Rita Rato (PCP) propôs que se incluisse também um representante da Interjovem como orador, proposta que mereceu o acordo do deputado Pedro Rodrigues (PSD), relator da temática da Juventude. Por outro lado o deputado Bravo Nico (PS) sugeriu também que se ponderasse igualmente a inclusão da Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJE) como orador. Com estas alterações, foi aprovado o programa do colóquio.

De seguida foi equacionado se deveria fazer-se uma audição autónoma do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto sobre Políticas de Juventude ou se o tratamento desta temática deveria incluir-se nas 4 audições regimentais. Tendo os deputados Pedro Rodrigues e Rita Rato defendido a realização de uma audição autónoma só para esta matéria, foi consensualizado contactar o Secretário de Estado para que a mesma se realize no dia 24 de Maio (sendo as audições regimentais em 12/Abril e 28/Junho).

- 3.9.** Por último, o Senhor Presidente referiu-se aos relatórios da audição à Universidade do Minho (Área de Optometria e Ciências da Visão) e da audiência à União Profissional dos Ópticos e Optometristas Portugueses, não se registando quaisquer intervenções sobre os mesmos.

4. Petição nº 126/XI/2ª – Luis Miguel de Sousa Santos Reis – Pretende o IVA à taxa reduzida para as modalidades desportivas juvenis

Analisada a nota de admissibilidade, a Comissão deliberou admitir a petição, por unanimidade dos deputados presentes do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV. Cabendo ao PSD a indicação do Deputado, foi designado o Deputado Paulo Cavaleiro (PSD).



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

5. Iniciativa Europeia COM(2010)752 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Primeira avaliação intercalar das iniciativas tecnológicas conjuntas ARTEMIS e ENIAC

RETIRADO.

6. Projecto de Resolução nº 301/XI (PCP), que “Recomenda ao Governo a reclassificação e integração na carreira de investigador dos funcionários dos Laboratórios do Estado que possuam o grau de Doutor”.

Na reunião de 7 de Dezembro de 2010, em que foi iniciada a discussão destes 3 Projectos de Resolução, foi deliberado fazer o levantamento integral da situação existente nos vários sectores da Administração Pública, em relação aos técnicos superiores doutorados que exerçam funções de investigação. Nessa sequência deliberou-se pedir informação ao MAP, aos Laboratórios do Estado, às instituições de ensino superior, às Administrações Regionais da Madeira e dos Açores e à Associação Nacional de Municípios. Assim sendo, o Presidente da Comissão fez a leitura do quadro com os números apurados nas respostas obtidas e referiu as divergências verificadas em algumas informações.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que tendo sido recebida a informação prestada pelas várias entidades consultadas, os Grupos Parlamentares devem estar em condições de concluir a discussão destes Projectos de Resolução, para os mesmos serem depois remetidos para votação no Plenário. Independentemente dos números apurados, entende que a integração destes investigadores é justa, sendo irrelevantes as divergências pontuais que se verificam em algumas informações.

7. Projecto de Resolução nº 317/XI (BE), que “Recomenda ao Governo o enquadramento profissional dos Técnicos Superiores com Doutoramento que desempenham funções de I&D em Laboratórios do Estado”.

A deputada Ana Drago (BE) mencionou o prejuízo profissional que a situação gera aos investigadores e os seus efeitos nefastos no sistema científico, realçando a necessidade de se criar um regime excepcional que os integre como investigadores.

8. Projecto de Resolução nº 318/XI (CDS/PP), que “Recomenda ao Governo a integração na carreira de investigação dos funcionários dos laboratórios do Estado que possuam o Grau de Doutor e proceda à sua reclassificação”.

O deputado Artur Rego (CDS-PP) referiu que as divergências de números nas informações prestadas são irrelevantes, realçando que a situação destes investigadores lhes causa variados prejuízos pessoais e que se tivesse lugar na actividade privada, as empresas já teriam sido fiscalizadas pela Inspeção do Trabalho e penalizadas. Mencionou ainda a publicitação que o Governo tem vindo a fazer dos números estatísticos do aumento dos investigadores e a importância dos funcionários em causa dos Laboratórios do Estado.

9. Audiência à Plataforma de organizações representativas da comunidade educativa
Confederação Nacional das Associações de Pais/**CONFAP** - Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação/**CNIPE** - Delegação Nacional de



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Estudantes do Ensino Secundário e Básico/ **DNAEESB** - Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública /**FENPROF** - Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública/**FNSFP** - Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino/**SIEE** – Sindicato Nacional dos Psicólogos /**SNP** – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local - **STAL – 17h00**

Em representação da Plataforma, estiveram presentes: Mário Nogueira e Deolinda Martin (FENPROF), José Calçada e Bercina Calçada (Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino), Inês Faria (Sindicato Nacional dos Sindicatos dos Psicólogos), Helena Afonso (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local), Luís Encarnação (Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico), Luís Pesca (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública) e Maria José Viseu (Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação).

Os representantes da Plataforma começaram por informar os Deputados da Comissão de Educação e Ciência da violência policial de que foram alvo alguns sindicalistas, minutos antes da reunião. Tudo se passou junto à Residência Oficial do Primeiro Ministro, segundo confirmaram, após um plenário da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, que acabou na detenção de dois dirigentes sindicais.

Apresentaram, de seguida, o Manifesto assinado pelas entidades ali presentes, e ainda pela CONFAP, preocupadas com o futuro da Educação em Portugal e em defesa de um efectivo investimento na Educação, uma Escola Pública de qualidade, gratuita, inclusiva e democrática.

Pronunciaram-se contra os cortes cegos nas escolas, sobretudo no que se refere aos recursos educativos, dispensa de professores e trabalhadores não docentes, criação de mais mega-agrupamentos, alterações curriculares, que serão demolidores das condições de organização e trabalho nas escolas e porão em causa a qualidade da Educação e do Ensino.

Fizeram ainda alusão à redução dos vencimentos na função pública, à extinção da Área de Projecto e do Estudo Acompanhado, ao corte de transferências para as autarquias, às Novas Oportunidades, à situação da Educação Especial, à precariedade dos vínculos dos Psicólogos, à falta de segurança nas escolas, à Educação Sexual, aos manuais escolares.

Assim, apelaram aos Deputados para que intervenham e colaborem na alteração do rumo que o governo está a dar à Educação e consideraram ser necessário alargar a plataforma de convergência em que têm trabalhado, não só a outras entidades do sector que representam, mas também a outros sectores da vida nacional, como é o caso das autarquias, dos estudantes do ensino superior, do movimento sindical geral e, de uma forma mais ampla, de todo o movimento social.

Intervieram os Senhores Deputados Rita Rato (PCP, Ana Drago (BE), José Manuel Rodrigues (CDS-PP), João Prata (PSD) e Rosalina Martins (PS), que lamentaram os acontecimentos que antecederam a audiência e apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

A [gravação áudio](#), bem como a [documentação entregue](#) encontram-se disponíveis na página da Comissão na Internet.

10. Audiência à Associação Portuguesa de Editores e Livreiros APEL – 18h00

Estiveram presentes, em representação da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, os Senhores Vasco Teixeira e Isaías Gomes Teixeira, que se pronunciaram sobre as iniciativas legislativas relativas aos manuais escolares, em apreciação na Comissão de Educação e Ciência, dado que integram aquela associação os editores responsáveis pela produção da maioria dos manuais escolares publicados em Portugal.

Começaram por referir-se aos modelos de abastecimento e aquisição de manuais escolares nos sistemas educativos ocidentais, chamando a atenção para o facto de o empréstimo nunca ter sido aplicado ao ensino secundário ou superior, o que prova, segundo consideraram, que o sistema configura diversos problemas.

Referiram-se, de seguida, a alguns constrangimentos decorrentes do sistema de empréstimos, de entre os quais destacaram:

- ✓ Segundo estudos de vários especialistas, considera-se pedagogicamente aconselhável que os recursos disponham de espaço para os alunos escreverem, o que, aliás, está consignado na actual Lei. O acto de estudar implica analisar, destacar, sublinhar, anotar, o que ficará condicionado com o sistema de empréstimo.
- ✓ Tendo os manuais uma articulação por ciclo, o aluno fica impossibilitado de recuperar a matéria ao longo do ciclo.
- ✓ No caso de o professor pretender recuperar matéria não leccionada no ano anterior, só poderá fazê-lo com recurso a fotocópias.
- ✓ Os manuais escolares têm uma durabilidade curta, devido ao desgaste dos mesmos.

Referiram-se, de seguida, ao impacto económico para as editoras, destacando as seguintes dificuldades em cada um dos ciclos de ensino:

- ✓ No caso da opção pela reutilização, nenhuma editora terá condições para abastecer o 1º ciclo de ensino, visto que a base dos preços é hoje muito baixa. Os manuais deste ciclo têm, em Portugal, um custo bastante inferior ao praticado em Espanha, atingindo metade do preço, pese embora os custos sejam superiores, por serem vendidos em menor quantidade.
- ✓ Relativamente aos 2º e 3º ciclos, as editoras também não conseguirão lucros, no caso de se optar pelo sistema de empréstimos.
- ✓ Prevê-se uma menor reutilização no ensino secundário.

Por último, referiram-se à importância estratégica das editoras para Portugal e ao impacto desta medida na exportação da cultura portuguesa, destacando que a Porto Editora e a Leya (que empregam mais de 1000 pessoas) constituem as maiores exportadoras para os PALOP's. Concluíram, reafirmando que, a ser aprovado, o sistema de empréstimos terá repercussões não só no país, mas também em África.

Intervieram os Senhores Deputados Vânia Jesus e João Prata (PSD), Ana Drago (BE), José Manuel Rodrigues (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Paula Barros (PS), que apresentaram as posições dos respectivos grupos parlamentares e colocaram várias questões, designadamente sobre os estudos efectuados pela APEL, experiências noutros países, atrasos na entrega dos manuais escolares. Solicitaram ainda a disponibilização de estudos sobre o impacto do sistema de empréstimos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Respondendo às questões colocadas, os representantes da APEL referiram-se à existência de vários relatórios da inspecção de outros países, que indicam problemas graves no sistema de empréstimos. Apontaram o caso de Inglaterra, mais concretamente o interior, em que apenas 67% dos alunos possuem o manual escolar.

Um outro aspecto a ter em conta, segundo adiantaram, é o facto de as escolas não reporem os manuais, no caso de danificação. Acresce ainda que muitas livrarias não terão condições de se manterem, principalmente nos meios mais pequenos. Alegaram também que a acção social escolar apoia já hoje cerca de 40% das famílias carenciadas.

Em relação aos atrasos nas entregas, clarificaram que existe má organização das escolas, recebendo as editoras, durante os meses de Outubro e Novembro, encomendas das escolas, pelo que as entregas só poderão ser efectuadas em Dezembro ou mesmo Janeiro.

Voltando aos custos dos manuais, reafirmaram que os manuais do 1º ciclo não sofreram qualquer aumento de 2001 a 2007.

11. Outros Assuntos

12. Data da próxima reunião

25 de Janeiro de 2011 – 15h00 – Audição ao SEJD no âmbito do RAR

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 18 de Janeiro de 2011

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENÇAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Bravo Nico
Emídio Guerreiro
João Prata
José Ferreira Gomes
José Manuel Rodrigues
Luiz Fagundes Duarte
Manuel Mota
Margarida Almeida
Maria Helena Rebelo
Miguel Tiago
Paula Barros
Pedro Rodrigues
Rosalina Martins
Vânia Jesus
José Cesário
Maria Luísa Santos
Paulo Barradas
Paulo Cavaleiro
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Raquel Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Sequeira
Michael Seufert
Nuno Araújo
Sofia Cabral
Teresa Damásio